



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Atividade em andamento

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF o Acervo Técnico do profissional **CARLOS FERNANDO DA SILVA GADELHA** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **CARLOS FERNANDO DA SILVA GADELHA** RNP: 0700995102 Registro: 4946/D-DF

Título profissional: **Engenheiro Civil**

Número da ART: **0720150066283**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **14/12/2015**

Forma de registro: **Inicial**..... Participação técnica: **Individual**.....

Empresa contratada: **5343 -..DLF - ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA**.....

Contratante: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PGR**

CPF/CNPJ: **26.989.715/0050-90**

SAFS Quadra 4 Lote 03..... Número: 00.....

Bairro: **Zona Cívico-Administrativa**

CEP: **70050-900**

Cidade: **Brasília**..... UF: **DF**

Complemento:

E-Mail: **joao@mpf.mp.br**.....

Fone: **(61....)31056611....**

Contrato: **56/2015**...

Celebrado em: **04/11/2015**

Valor R\$: **314.549,88**.....

Vinculada a ART:

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação institucional: **Nenhuma/Não Aplicável**

Endereço da Obra/Serviço: **SAFS Quadra 4 Lote 03**.....

Número: **00**.....

Bairro: **Zona Cívico-Administrativa**....

CEP: **70050-900**.....

Cidade: **Brasília**..... UF: **DF**

Complemento:

Data de Início: **04/11/2015**

Situação: **"atividade em andamento"**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: **Outro**.....

Código/Obra pública:

Proprietário: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PGR**

CPF/CNPJ: **26.989.715/0050-90**

E-Mail: **joao@mpf.mp.br**.....

Fone: **(61....) 31056611..**

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Realização Manutenção Serviços de almoxarife, marceneiro e ajudante. , 1,0000 ano;**

Número da ART: **0720160048226**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **15/08/2016**

Forma de registro: **Complementar à 0720150066283**..... Participação técnica: **Individual**.....

Empresa contratada: **5343 -..DLF - ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA**.....

Contratante: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PGR**

CPF/CNPJ: **26.989.715/0050-90**

SAFS Quadra 4 Lote 03..... Número: 00.....

Bairro: **Zona Cívico-Administrativa**

CEP: **70050-900**

Cidade: **Brasília**..... UF: **DF**

Complemento:

E-Mail: **joao@mpf.mp.br**.....

Fone: **(61....)31056611....**

Contrato: **56/2015**...

Celebrado em: **04/11/2016**

Valor R\$: **369.908,37**.....

Vinculada a ART:

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação institucional: **Nenhuma/Não Aplicável**

Endereço da Obra/Serviço: **SAFS Quadra 4 Lote 03**.....

Número: **00**.....

Bairro: **Zona Cívico-Administrativa**....

CEP: **70050-900**.....

Cidade: **Brasília**..... UF: **DF**

Complemento:

Data de Início: **04/11/2016**

Situação: **"atividade em andamento"**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: **Outro**.....

Código/Obra pública:

Proprietário: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PGR**

CPF/CNPJ: **26.989.715/0050-90**

E-Mail: **joao@mpf.mp.br**.....

Fone: **(61....) 31056611..**

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Realização Manutenção Serviços de almoxarife, marceneiro e ajudante. , 1,0000 ano;**

Número da ART: 0720170027854..... Tipo de ART: Obra ou serviço..Registrada em: 25/05/2017
 Forma de registro: Complementar à 0720160048226..... Participação técnica: Individual.....
 Empresa contratada: 5343 -..DLF - ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA.....
 Contratante: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PGR CPF/CNPJ: 26.989.715/0050-90

SAFS Quadra 4 Lote 03..... Número: 00.....
 Cidade: Brasília..... UF: DF
 E-Mail: joao@mpf.mp.br.....
 Contrato: 56/2015...
 Vinculada a ART:
 Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Bairro: Zona Cívico-Administrativa..... CEP: 70050-900
 Complemento:
 Fone: (61....)31056611....
 Celebrado em: 04/11/2016 Valor R\$: 370.821,72.....
 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Endereço da Obra/Serviço: SAFS Quadra 4 Lote 03..... Número: 00.....
 Bairro: Zona Cívico-Administrativa..... CEP: 70050-900.....
 Cidade: Brasília..... UF: DF
 Complemento:
 Data de Início: 04/11/2016 Situação: "atividade em andamento" Coordenadas Geográficas:
 Finalidade: Outro..... Código/Obra pública:
 Proprietário: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PGR CPF/CNPJ: 26.989.715/0050-90
 E-Mail: joao@mpf.mp.br..... Fone: (61....) 31056611..

Atividade(s) Técnica(s): 1 - Realização Manutenção Serviços de almoxarife, marceneiro e ajudante. , 1,0000 ano;

Número da ART: 0720170078905..... Tipo de ART: Obra ou serviço..Registrada em: 22/12/2017
 Forma de registro: Complementar à 0720170027854..... Participação técnica: Individual.....
 Empresa contratada: 5343 -..DLF - ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA.....
 Contratante: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PGR CPF/CNPJ: 26.989.715/0050-90

SAFS Quadra 4 Lote 03..... Número: 00.....
 Cidade: Brasília..... UF: DF
 E-Mail: joao@mpf.mp.br.....
 Contrato: 56/2015...
 Vinculada a ART:
 Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Bairro: Zona Cívico-Administrativa..... CEP: 70050-900
 Complemento:
 Fone: (61....)31056611....
 Celebrado em: 04/11/2016 Valor R\$: 370.821,72.....
 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Endereço da Obra/Serviço: SAFS Quadra 4 Lote 03..... Número: 00.....
 Bairro: Zona Cívico-Administrativa..... CEP: 70050-900.....
 Cidade: Brasília..... UF: DF
 Complemento:
 Data de Início: 04/11/2017 Situação: "atividade em andamento" Coordenadas Geográficas:
 Finalidade: Outro..... Código/Obra pública:
 Proprietário: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PGR CPF/CNPJ: 26.989.715/0050-90
 E-Mail: joao@mpf.mp.br..... Fone: (61....) 31056611..

Atividade(s) Técnica(s): 1 - Realização Manutenção Serviços de almoxarife, marceneiro e ajudante. , 1,0000 ano;

Número da ART: 0720180057942..... Tipo de ART: Obra ou serviço..Registrada em: 10/09/2018
 Forma de registro: Complementar à 0720170078905..... Participação técnica: Individual.....
 Empresa contratada: 5343 -..DLF - ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA.....
 Contratante: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PGR CPF/CNPJ: 26.989.715/0050-90

SAFS Quadra 4 Lote 03..... Número: 00.....
 Cidade: Brasília..... UF: DF
 E-Mail: joao@mpf.mp.br.....
 Contrato: 56/2015...
 Vinculada a ART:
 Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Bairro: Zona Cívico-Administrativa..... CEP: 70050-900
 Complemento:
 Fone: (61....)31056611....
 Celebrado em: 04/11/2016 Valor R\$: 376.367,04.....
 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Endereço da Obra/Serviço: SAFS Quadra 4 Lote 03..... Número: 00.....
 Bairro: Zona Cívico-Administrativa..... CEP: 70050-900.....
 Cidade: Brasília..... UF: DF
 Complemento:
 Data de Início: 04/11/2017 Situação: "atividade em andamento" Coordenadas Geográficas:
 Finalidade: Outro..... Código/Obra pública:
 Proprietário: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PGR CPF/CNPJ: 26.989.715/0050-90
 E-Mail: joao@mpf.mp.br..... Fone: (61....) 31056611..

Atividade(s) Técnica(s): 1 - Realização Manutenção Serviços de almoxarife, marceneiro e ajudante. , 1,0000 ano;

Número da ART: 0720190042567..... Tipo de ART: Obra ou serviço..Registrada em: 12/07/2019
 Forma de registro: Complementar à 0720180057942..... Participação técnica: Individual.....
 Empresa contratada: 5343 -..DLF - ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA.....
 Contratante: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PGR CPF/CNPJ: 26.989.715/0050-90

SAFS Quadra 4 Lote 03..... Número: 00.....
 Cidade: Brasília..... UF: DF
 E-Mail: joao@mpf.mp.br.....
 Contrato: 56/2015...
 Vinculada a ART:
 Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Bairro: Zona Cívico-Administrativa..... CEP: 70050-900
 Complemento:
 Fone: (61....)31056611....
 Celebrado em: 04/11/2016 Valor R\$: 376.367,04.....
 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Endereço da Obra/Serviço: SAFS Quadra 4 Lote 03..... Número: 00.....
 Bairro: Zona Cívico-Administrativa..... CEP: 70050-900.....
 Cidade: Brasília..... UF: DF
 Complemento:
 Data de Início: 04/11/2018 Situação: "atividade em andamento" Coordenadas Geográficas:
 Finalidade: Outro..... Código/Obra pública:
 Proprietário: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PGR CPF/CNPJ: 26.989.715/0050-90
 E-Mail: joao@mpf.mp.br..... Fone: (61....) 31056611..

Atividade(s) Técnica(s): 1 - Realização Manutenção Serviços de almoxarife, marceneiro e ajudante. , 1,0000 ano;

Número da ART: 0720190046374..... Tipo de ART: Obra ou serviço..Registrada em: 25/07/2019
 Forma de registro: Complementar à 0720190042567..... Participação técnica: Individual.....
 Empresa contratada: 5343 -..DLF - ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA.....
 Contratante: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PGR CPF/CNPJ: 26.989.715/0050-90

SAFS Quadra 4 Lote 03..... Número: 00.....
 Cidade: Brasília..... UF: DF
 E-Mail: joao@mpf.mp.br.....
 Contrato: 56/2015...
 Vinculada a ART:
 Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Bairro: Zona Cívico-Administrativa..... CEP: 70050-900
 Complemento:
 Fone: (61....)31056611....
 Celebrado em: 04/11/2016 Valor R\$: 388.321,80.....
 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Endereço da Obra/Serviço: SAFS Quadra 4 Lote 03..... Número: 00.....
 Bairro: Zona Cívico-Administrativa..... CEP: 70050-900.....
 Cidade: Brasília..... UF: DF
 Complemento:
 Data de Início: 04/11/2018 Situação: "atividade em andamento" Coordenadas Geográficas:
 Finalidade: Outro..... Código/Obra pública:
 Proprietário: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PGR CPF/CNPJ: 26.989.715/0050-90
 E-Mail: joao@mpf.mp.br..... Fone: (61....) 31056611..

Atividade(s) Técnica(s): 1 - Realização Manutenção Serviços de almoxarife, marceneiro e ajudante. , 1,0000 ano;

Número da ART: 0720190048358..... Tipo de ART: Obra ou serviço..Registrada em: 01/08/2019
 Forma de registro: Complementar à 0720190046374..... Participação técnica: Individual.....
 Empresa contratada: 5343 -..DLF - ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA.....
 Contratante: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PGR CPF/CNPJ: 26.989.715/0050-90

SAFS Quadra 4 Lote 03..... Número: 00.....
 Cidade: Brasília..... UF: DF
 E-Mail: joao@mpf.mp.br.....
 Contrato: 56/2015...
 Vinculada a ART:
 Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Bairro: Zona Cívico-Administrativa..... CEP: 70050-900
 Complemento:
 Fone: (61....)31056611....
 Celebrado em: 04/11/2016 Valor R\$: 388.321,80.....
 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Endereço da Obra/Serviço: SAFS Quadra 4 Lote 03..... Número: 00.....
 Bairro: Zona Cívico-Administrativa..... CEP: 70050-900.....
 Cidade: Brasília..... UF: DF
 Complemento:
 Data de Início: 04/11/2019 Situação: "atividade em andamento" Coordenadas Geográficas:
 Finalidade: Outro..... Código/Obra pública:
 Proprietário: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PGR CPF/CNPJ: 26.989.715/0050-90
 E-Mail: joao@mpf.mp.br..... Fone: (61....) 31056611..

Atividade(s) Técnica(s): 1 - Realização Manutenção Serviços de almoxarife, marceneiro e ajudante. , 1,0000 ano;

CERTIFICAMOS QUE A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT FOI CONCEDIDA PELA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL, MINAS, GEOLOGIA E AGRIMENSURA – CEECMGA EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 708, DE 08/10/2019, DE ACORDO COM O PROCESSO Nº 209593/2019. CERTIDÃO VÁLIDA PARA O PROFISSIONAL ACIMA CITADO, PARA OS SERVIÇOS ANOTADOS NA ART QUE TAMBÉM CONSTEM DO ATESTADO E QUE SEJAM CONDIZENTES COM AS ATRIBUIÇÕES DO ART. 7º DA RES. 218/73 (EXC. PORTOS, RIOS E CANAIS).

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 99978 a 99979, o atestado contendo <2> página(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 0720190001095

Data: 21/10/2019 Hora: 16:14:00

Código de Controle: BCRAPLM

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-DF (www.creadf.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal
SGAS 901 - Conj. "D" Asa Sul Brasília-DF - CEP: 70390-010
Tel: (61) 3961-2800 Fax: (61) 3223-4619 E-mail: informacao@creadf.org.br





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, que a empresa **DLF ENGENHARIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ. N.º 03.591.509/0001-44, com sede à C-12 AE 02 Sala 323 3º ANDAR – Ed. Conjunto Nacional – Taguatinga Centro – Brasília/DF, CEP: 72010-120, presta para o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**, inscrito no CNPJ: 26.989.715/0050-90, com sede na SAF Sul Quadra 04, Conjunto C, Brasília - DF – CEP: 72015-930, serviços, por meio de mão de obra residente, de almoxarife, marceneiro e ajudante de marceneiro, com fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais de consumo, relativo ao **Termo de Contrato nº 56/2015** - Processo MPF/PGR nº 1.00.000.000277/2015-71, decorrente do Pregão nº 66/2015, com período de vigência de 4/11/2015 a 3/11/2018, tendo como Responsável Técnico o Engenheiro Civil Carlos Fernando da Silva Gadelha – CREA n.º 4946/D-DF.

1. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1. MARCENEIRO: Serviços de marcenaria prestados pela CONTRATADA de forma a garantir a manutenção preventiva e corretiva, bem como a conservação dos bens móveis do CONTRATANTE.

1.2. AJUDANTE DE MARCENEIRO: Auxiliar o marceneiro em todas as suas atividades.

1.3. ALMOXARIFE: Serviços serão prestados pela CONTRATADA de forma a apoiar os servidores nas atividades desenvolvidas nos depósitos da área de logística.

2. DO QUANTITATIVO DE POSTOS

2.1. Oficina de marcenaria:

- a) marceneiro: 1 (um);
- b) ajudante de marceneiro: 1 (um);

2.2. Estocagem de material:

- a) almoxarife: 5 (cinco).

Ressaltamos, ainda, que a empresa cumpre integralmente com todos os compromissos firmados, e estes são executados de acordo com os parâmetros técnicos de qualidade exigidos, no que tange a quantidade e no prazo pactuado, não existindo em nossos registros, até a presente data, nada que desabone a conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Brasília, 1º de março de 2018.

Assinado Digitalmente
JOAO WEMERSON DE FREITAS
Fiscal Técnico do Contrato

Assinado Digitalmente
DENISE CHRISTINA DE REZENDE NICOLAIDIS
Secretária de Administração do MPF



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-DF

ART Obra ou serviço
0720150066283

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

1. Responsável Técnico

CARLOS FERNANDO DA SILVA GADELHA

Título profissional: **Engenheiro Civil**

RNP: **0700995102**

Registro: **4946/D-DF**

Empresa contratada: **5343 - DLF - ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PGR**

CPF/CNPJ: **26.989.715/0050-90**

SAFS Quadra 4 Lote 03

Número: 00

Cidade: Brasília

UF: DF

E-Mail: joao@mpf.mp.br

Contrato: 56/2015

Vinculada a ART:

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Bairro: Zona Cívico-Administrativa

CEP: 70050-900

Complemento:

Fone: (61)31056611

Celebrado em: 04/11/2015

Valor Obra/Serviço R\$: 314.549,88

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

3. Dados da Obra/Serviço

SAFS Quadra 4 Lote 03

Número: 00

Cidade: Brasília

UF: DF

Data de Início: 04/11/2015

Previsão término: 03/11/2016

Finalidade: **Outro**

Proprietário: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PGR**

E-Mail: joao@mpf.mp.br

Bairro: Zona Cívico-Administrativa

CEP: 70050-900

Complemento:

Coordenadas Geográficas:

Código/Obra pública:

CPF/CNPJ: **26.989.715/0050-90**

Fone: (61) 31056611

4. Atividade Técnica

Realização

Manutenção Serviços de almoxarife, marceneiro e ajudante.

Quantidade 1,0000
Unidade ano

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

6. Declarações

Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

Djalma Leandro Junior
Secretário de Administração Adjunto

Acessibilidade: Sim: Declaro atendimento às regras de acessibilidade, previstas nas normas técnicas da ABNT de nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

SENGE-DF

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local _____ de _____ Data _____

CARLOS FERNANDO DA SILVA GADELHA - CPF: 023.922.591-00

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PGR - CPF/CNPJ: 26.989.715/0050-90

Djalma Leandro Junior
Secretário de Administração Adjunto
Ordenador de Despesas

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site .. ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creadf.org.br informacao@creadf.org.br
Tel: (61) 3961-2800 Fax: (61) 3223-4619



Registrada em: 14/12/2015

Valor Pago: R\$ 178,34

Nosso Número/Baixa: 0115052394



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria Geral da República

TERMO DE CONTRATO Nº 56/2015

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E A
EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E
REPRESENTAÇÃO LTDA PARA A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ALMOXARIFE, MARCENEIRO E AJUDANTE
DE MARCENEIRO.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, CNPJ nº 26.989.715/0050-90, situado no SAF Sul, Quadra 04, Conjunto C - Brasília/DF, representado neste ato pelo Secretário de Administração, Senhor **LÚCIO MÁRIO MENDONÇA DE GÓIS**, brasileiro, casado, servidor público, CI nº 885.106-SSP/SE, CPF nº 609.842.445-49, nomeado por meio da Portaria nº 995, de 23 de outubro de 2015, no uso da competência pelo artigo 74, inciso XIV, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria nº 382, de 05 de maio de 2015, do Sr. Secretário-Geral do Ministério Público, ou, nas ausências e impedimentos deste, pelo Secretário de Administração Adjunto, Senhor **DJALMA LEANDRO JÚNIOR**, brasileiro, casado, servidor público, CI nº 000.574-SSP/TO, CPF nº 640.145.681-72, nomeado por meio da Portaria nº 995, de 23 de outubro de 2015, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.591.509/0001-44, estabelecida na C 12 Área Especial para Cinema 02, sala 223 – Taguatinga, neste ato representada pelo seu Sócio **MARCOS ALEX SÁ SERENO**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, Cédula de Identidade nº 7779 CREA/DF e CPF nº 253.758.063-04, residente e domiciliado em Taguatinga/DF, e daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o contido no Processo MPF/PGR nº 1.00.000.000277/2015-71, decorrente do Pregão nº 66/2015, considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 8.666 de 21/06/1993, na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, no Decreto nº 3.555, de 08/08/2000 e demais normas pertinentes, têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente Contrato, na forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço global, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços, por meio de mão de obra residente, de almoxarife, marceneiro e ajudante de marceneiro, com fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais de consumo.

VISTO
CONCUR/SG

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES

O objeto da contratação será prestado da seguinte forma:

1. Do quantitativo de Postos**1.1. Oficina de marcenaria:**

- a) marceneiro: 1 (um);
- b) ajudante de marceneiro: 1 (um);

1.2. Estocagem de material:

- a) almoxarife: 5 (cinco).

Parágrafo Primeiro - Da carga horária

- a) A carga horária a ser cumprida será de segunda a sexta-feira, das 9h às 19h, com 2h (duas horas) de almoço, respeitando-se a jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais;

Profissionais Residentes	Carga Horária Semanal
Marceneiro	44 (quarenta e quatro) horas
Ajudante de marceneiro	
Almoxarife	

- b) Os turnos e horários descritos no parágrafo anterior poderão ser alterados de acordo com a conveniência administrativa do CONTRATANTE, desde que não exceda a carga horária de trabalho semanal previamente estabelecida, e que a CONTRATADA seja informada, no mínimo, com 48 horas de antecedência.

- c) É vedado à CONTRATADA duplicar a carga horária de trabalho regulamentar dos seus empregados.

Parágrafo Segundo - Do uniforme

- a) A CONTRATADA deverá fornecer uniformes aos empregados de cada categoria, semestralmente. Quanto às empregadas gestantes, estas deverão receber uniformes adequados, sendo ajustados ou substituídos sempre que necessário.

- b) A especificação e a quantidade dos uniformes, para cada profissional, são as descritas abaixo:

- 4 (quatro) calças compridas, tipo Jeans;
- 4 (quatro) camisas de malha, com gola pólo e mangas curtas;
- 2 (dois) jalecos compridos, de mangas curtas e bolsos na parte inferior frontal;
- 1 (um) agasalho fechado à frente;
- 2 (dois) pares de calçado, tipo tênis, modelo masculino ou feminino.
- 4 (quatro) pares de meia, em algodão, tipo soquete;
- 2 (dois) pares de luvas tricotados em fios de poliéster e poliamida revestida com borracha natural na palma com reforço entre o polegar e o indicador.

- c) Os uniformes deverão ser substituídos, impreterivelmente, após 06 (seis) meses da entrega anterior ou a qualquer tempo sempre que não estejam atendendo às

TC nº 56/2015

VISTO
CONCUR/SG

condições mínimas de apresentação exigidas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após comunicação oficial e escrita do CONTRATANTE;

d) Os uniformes deverão ser entregues a todos os empregados mediante recibo, individualizado por categoria profissional, que deverá conter: relação nominal dos empregados, especificação e quantitativo de cada peça recebida, data do recebimento e assinatura do profissional;

e) O recibo deverá ser apresentado, acompanhado de cópia, ao Gestor do Contrato para a fiscalização e controle, em até 48 (quarenta e oito) horas após a entrega dos uniformes;

f) A CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, substituir a entrega dos uniformes aos seus empregados por pecúnia;

g) A CONTRATADA não poderá descontar do salário do empregado o custo do uniforme, salvo em caso de comprovado dano causado pelo empregado, e desde que tal possibilidade tenha sido acordada em contrato de trabalho.

Parágrafo Terceiro - Da prestação dos serviços

MARCENEIRO: Os serviços de marcenaria serão prestados pela CONTRATADA de forma a garantir a manutenção preventiva e corretiva, bem como a conservação dos bens móveis do CONTRATANTE.

a) Dos requisitos básicos:

- disponibilizar profissionais com formação de ensino fundamental e com experiência mínima de 6 (seis) meses na área de atuação, comprovada mediante anotação na CTPS.

b) Da descrição das atividades:

- realizar manutenção e restauração dos móveis em geral;
- substituição de fechaduras, fechos e travas;
- interpretar as especificações para a restauração de mobiliário em geral;
- quantificar e especificar madeiras, acessórios, ferragens e acabamentos para aquisição de mobiliário em geral;
- elaborar roteiro para a restauração de produtos de madeira e/ou derivados;
- montar e desmontar mobiliário em geral e derivados, com elementos de fixação;
- aplicar produtos para correção, montagem e acabamento de produtos de madeira e derivados;
- regular o funcionamento das partes móveis do produto;
- desmontar o produto;
- substituir peças danificadas;
- reapertar elementos de fixação;
- montar o produto no local de instalação;
- colocar arremates finais;
- avaliar a qualidade da matéria-prima para aquisição de mobiliário em geral;
- revisar as dimensões do produto;
- revisar as condições do acabamento do produto;

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SG

- auxiliar na especificação de mobiliário em geral, com vistas à elaboração de Termo de Referência de aquisição e/ou conserto;
- auxiliar na vistoria de mobiliário em geral quando do retorno de consertos;
- verificar "in loco" as condições dos mobiliários defeituosos nas dependências do CONTRATANTE, para os casos de urgência ou inviabilidade de reparo na própria oficina, com vistas a planejar o conserto, informando à Divisão de Materiais por meio de formulário próprio, quanto aos custos aproximados do reparo.

AJUDANTE DE MARCENEIRO: Auxiliar o marceneiro em todas as suas atividades.

ALMOXARIFE: Os serviços serão prestados pela CONTRATADA de forma a apoiar os servidores nas atividades desenvolvidas nos depósitos da área de logística.

a) Dos requisitos básicos:

- os profissionais deverão ter, pelo menos, ensino médio completo e experiência mínima de 6 (seis) meses, comprovada mediante anotação na CTPS, e, ainda, noções de microinformática, haja vista que o Sistema de Estocagem de Material do CONTRATANTE é controlado por meio de sistema informatizado;

b). Da descrição das atividades de almoxarife:

- auxiliar no recebimento provisório de todo e qualquer material, conforme plano de trabalho da área competente;
- guardar o material recebido em local apropriado;
- manter organizados os depósitos da área de logística;
- auxiliar na conferência periodicamente o material estocado;
- separar o material solicitado pelas unidades requisitantes;
- auxiliar o tombamento do material apropriado com a afiação de plaqueta de identificação;
- acompanhar as atividades de limpeza e outras atividades a serem realizadas dentro dos depósitos, registrando todas as ocorrências em livro próprio;
- manter as condições de segurança, tais como: janelas e portas fechadas, luzes apagadas, equipamentos desligados, dentre outros, comunicando ao Preposto qualquer ocorrência que comprometa a normalidade do funcionamento dos depósitos;
- utilizar os sistemas informatizados para consultas, emissão de relatórios e outros correlatos às atividades desenvolvidas; e
- carregar todo e qualquer material dentro da área em que desenvolve o trabalho.

Parágrafo Quarto - Das atribuições gerais. Todos os profissionais deverão, ainda:

- a) demonstrar conhecimento sobre a área de atuação;
- b) comunicar a seu Preposto qualquer irregularidade no material recebido e/ou estocado;
- c) demonstrar habilidades manuais;
- d) demonstrar agilidade e precisão no desempenho de suas funções, sem contudo, afetar a qualidade exigida para os serviços desempenhados;
- e) demonstrar organização profissional, eficiência e comprometimento com o trabalho;

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SC

R

Bl.

- f) manter limpo e harmonioso o ambiente de trabalho, cuidando do material, equipamentos, máquinas e acessórios mantendo-os em bom estado de conservação;
- g) demonstrar atenção no desempenho do trabalho e às orientações recebidas;
- h) demonstrar iniciativa e criatividade;
- i) manter-se atualizado sobre novos materiais, técnicas e procedimentos da sua área de atuação;
- j) conhecer as orientações técnicas dos fabricantes quanto ao manuseio dos equipamentos e utilização dos materiais e produtos;
- k) demonstrar controle emocional e capacidade para enfrentar e/ou solucionar situações de emergência;
- l) solicitar autorização da supervisão sempre que houver necessidade de se ausentar de seu Posto, mesmo que por motivo de trabalho;
- m) agir com ética profissional;
- n) não se dirigir a nenhuma autoridade para solicitar benefícios pessoais;
- p) tratar com o Preposto os assuntos relacionados aos serviços;
- p) tratar as pessoas com urbanidade, demonstrando educação e sociabilidade;
- q) demonstrar espírito de equipe;
- r) manter-se atualizado quanto as normas técnicas e de sua área de atuação;
- s) ter escrita legível para anotação de recados, pedidos e preenchimento de formulários diversos;
- t) comunicar-se com clareza;
- u) trajar o uniforme completo e crachá, durante a jornada de serviço, se for o caso;
- v) comparecer ao seu Posto de Trabalho em boas condições de higiene pessoal e vestimenta adequada para o acesso as dependências do CONTRATANTE;
- w) utilizar o telefone, exclusivamente, para o serviço;
- x) não realizar outras atividades não correlatas àquelas desenvolvidas na unidade;
- y) depositar seletivamente o lixo de acordo com a política Ambiental do CONTRATANTE;
- z) manter sigilo quanto às informações que porventura tenham obtido quando do desempenho das suas funções, sob pena de advertência, suspensão e devolução à CONTRATADA.
- aa) manter-se atualizado quanto às normas técnicas e de segurança, obedecendo-as;
- bb) atentar para o correto preenchimento das Ordens de Serviços/OS, descrevendo os materiais e técnicas utilizados para a execução dos serviços, bem como pedir ao solicitante que preencha os campos referentes a data, hora da conclusão dos serviços, assinatura e nome legível. Não havendo possibilidade de executar o serviço solicitado, os profissionais deverão anotar, em campo próprio da OS, o motivo da inexecução encaminhando a referida Ordem de Serviço ao gestor do contrato.

Parágrafo Quinto - Do Preposto

a) Para o gerenciamento dos serviços prestados pelos postos descritos, a CONTRATADA indicará formalmente um Preposto, que deverá:

- ter capacidade para gerenciamento administrativo e técnico visando agilizar os contatos com os representantes da Administração durante a execução do Contrato;
- atender os empregados em serviço, com a entrega de contracheques, vale-transporte, vale-alimentação, controle de frequência, entrega de uniformes, aviso

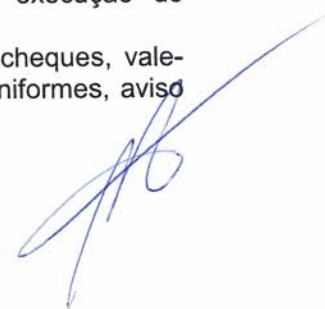
TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SG



2

Bl.



de férias, aviso prévio, advertências, etc bem como a emissão de relatórios que forem solicitados pelo CONTRATANTE;

- estar acessível ao CONTRATANTE por meio de telefones fixos, celulares, rádio transmissor e e-mail;
- manter a ordem, a disciplina e o respeito, entre os profissionais da CONTRATADA, orientando-os e instruindo-os quanto a forma de agir, visando um ambiente de trabalho harmonioso;
- providenciar junto à CONTRATADA as aplicações de advertências, suspensões ou devoluções de profissionais que não cumprirem com suas obrigações, cometerem atos de insubordinação, indisciplina ou desrespeito;
- observar os profissionais quanto ao correto uso dos uniformes e crachás de identificação, promovendo junto à respectiva CONTRATADA a correção das falhas verificadas;
- providenciar junto à respectiva CONTRATADA a manutenção necessária para os equipamentos que apresentarem defeitos;
- fiscalizar o cumprimento dos horários dos profissionais;
- providenciar a imediata substituição do(s) empregado(s) que não comparecer(em) ao Posto de Trabalho no prazo máximo de 2 (duas) horas a partir do início da jornada diária;
- planejar as atividades a serem desenvolvidas, juntamente com o Gestor do Contrato;
- zelar pelo bom comportamento e agilidade no cumprimento dos serviços atribuídos aos profissionais sob sua responsabilidade.

b) O(s) Preposto(s) da CONTRATADA deverá(ão) comparecer às instalações do CONTRATANTE, semanalmente, para tratar com o Gestor do Contrato, exclusivamente, de assuntos administrativos referentes ao Contrato, sem prejuízo dos comparecimentos que se fizerem necessários em razão do cumprimento do disposto no item anterior. Excepcionalmente, o(s) Preposto(s) deverá(ão) comparecer sempre que solicitado em até 24h do chamado.

c) Não será autorizado, sob hipótese alguma, a mudança de lotação ou remanejamento dos profissionais com vistas à execução de serviços diversos daqueles para os quais foram contratados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais e equipamentos e ferramentas necessários à execução dos serviços, conforme lista exemplificativa constante no **ANEXO I**, os quais deverão ser novos, de primeiro uso, sujeitos à prévia aprovação do CONTRATANTE, observando as especificações, qualidade e o estoque mínimo mensal a ser mantido em local cedido pelo CONTRATANTE e que deverão estar disponíveis na data prevista para o início do Contrato.

Parágrafo Primeiro - Ficará a cargo da CONTRATADA toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos equipamentos, ferramentas, materiais, componentes, produtos, aparelhos de medições e testes indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários.

Parágrafo Segundo - Os equipamentos deverão ser compatíveis com as instalações elétricas disponíveis nas dependências do CONTRATANTE e mantidos em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações físicas.

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUNTO

Bx.

e/ou elétricas do CONTRATANTE. Deverão, ainda, ser de reduzido consumo de energia e possuir fiação elétrica segura e em tamanho suficiente para seu uso adequado.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no início da execução dos serviços, relação de seus bens, atualizando-a sempre que ocorrer alteração e os identificando de forma a não serem confundidos com os de propriedade do CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - A retirada de qualquer equipamento disponibilizado para execução do serviço deverá ser comunicada, por escrito, ao Gestor do Contrato, promovendo a devolução no prazo estipulado.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto da presente contratação serão recebidos da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, por ocasião do recebimento da nota fiscal/fatura, para efeito de posterior verificação da execução dos serviços conforme as especificações;
- b) Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório, para verificação da adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E DO LOCAL DE EXECUÇÃO

A contratada disporá de até 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da Ordem de Serviço para o início da prestação.

Parágrafo Primeiro - O prazo previsto servirá para que a empresa realize a mobilização técnica e operacional, inclusive para o cumprimento de obrigações legais, quais sejam, fiscais, previdenciárias e trabalhistas, com vistas ao início da execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - Os serviços serão executados nas dependências da Procuradoria Geral da República, situada no SAF Sul Quadra 04 Conjunto C – Ed. Procuradoria Geral da República – Brasília – DF – CEP 70050-900, e, eventualmente, poderão ser executados, em seus edifícios Anexos localizados no SAF Q-02, Lote 09 (Anexo I), Setor de Garagens Oficial Norte – SGON Quadra 01 Lote 175 (Anexo II) e SAS QUADRA 3 BLOCO J (Anexo III) e nas unidades de representação localizadas no STJ, STF, TSE, Câmara dos deputados, CADE, em Brasília-DF.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Caberá ao CONTRATANTE:

1. Prestar as informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
2. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SG

y

Ba.

3. Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais em que devam executar suas atividades, disponibilizando meios de identificação (crachá), e mantendo, por meio do setor de segurança do CONTRATANTE, ficha cadastral atualizada;
4. Disponibilizar instalações sanitárias e vestiários para instalação de armários guarda-roupa, que deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE, para uso de todos os empregados. Fica vedado, terminantemente, o uso dos locais destinados para atender os empregados da CONTRATADA como alojamento, moradia de pessoal ou para fins diversos do permitido, mesmo que transitório;
5. Disponibilizar local apropriado para que os empregados da CONTRATADA possam efetuar suas refeições, devidamente equipado com mesas e cadeiras;
6. Instruir a CONTRATADA acerca das normas de segurança e prevenção de incêndio adotadas pelo CONTRATANTE;
7. Conferir os materiais e equipamentos discriminados no Contrato e registrar as divergências quanto a quantidade e qualidade previstas;
8. Estabelecer local apropriado para a guarda dos materiais, máquinas e equipamentos;
9. Emitir o aceite do objeto contratado após verificação da conformidade dos serviços, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA;
10. Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades contratuais e legais.
11. Disponibilizar todos os manuais de equipamentos e materiais que tiver em seu poder;
12. Examinar as carteiras profissionais dos empregados da CONTRATADA para comprovar o registro da função profissional e o valor do salário;

Parágrafo Primeiro - O CONTRATANTE, por meio da Secretaria de Administração, reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, fiscalização sobre os serviços contratados, e ainda, aplicar as penalidades previstas neste instrumento ou rescindi-lo, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas.

Parágrafo Segundo - Será(ão) nomeado(s) Gestor(es) do Contrato, que ficará(ão) responsável(eis) pela fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas, e, ainda, atestar a nota fiscal quando do recebimento definitivo, o que não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro - O(s) Gestor(es) do Contrato terá(ão) poderes para:

- a) Definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, fixando normas nos casos não especificados e determinando as providências cabíveis;
- b) Suspender a execução dos serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, quando estes não estiverem sendo executados dentro dos parâmetros estabelecidos

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SG

✓

Bd.

neste Contrato, submetendo o caso ao Secretário de Administração para providências.

Parágrafo Quarto - Providenciar programa de ambientação dos prestadores de serviços, com a finalidade de habilitá-los ao exercício de atividades nas dependências do CONTRATANTE, abrangendo os seguintes temas:

- a) Apresentação da Procuradoria Geral da República;
- b) A missão da Procuradoria Geral da República;
- c) Relacionamento com o cliente: O ambiente, Cliente Interno x Cliente Externo; A Expectativa do Contratante; Quem São os Clientes da Instituição; As expectativas dos clientes do CONTRATANTE; Como atender um cliente insatisfeito.

Parágrafo Quinto - O Programa de Ambientação será realizado nas dependências do CONTRATANTE, conforme disponibilidade e agendamento de salas ou auditórios, cujos tópicos poderão ser ministrados conjuntamente ou separadamente, conforme a necessidade, oportunidade e conveniência.

Parágrafo Sexto - Será ministrado também pelo CONTRATANTE, através da Divisão de Sustentabilidade, treinamento sobre Noções e responsabilidade sócio ambientes: Coleta seletiva e uso racional de recursos e equipamentos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente o estipulado no presente Instrumento, em especial:

1. Quanto aos serviços:

1.1. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender;

1.2. Planejar a execução e a supervisão dos serviços;

1.3. Orientar regularmente seus empregados acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e à racionalização de energia elétrica no uso dos equipamentos;

1.4. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, a execução de serviços em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções, no prazo estipulado pelo Gestor do Contrato;

1.5. Solicitar por escrito e devidamente fundamentado quaisquer modificações na execução dos serviços para análise e decisão do CONTRATANTE;

1.6. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não faça no prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento na fatura do mês e/ou da garantia, sem prejuízo de poder denunciar o Contrato, de pleno direito.

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SG

Y

Bl.

1.7. Comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços;

1.8. Prestar, quando necessário e solicitado pelo CONTRATANTE mediante comunicação prévia e por escrito, serviços extraordinários;

1.9. Tomar todas as providências necessárias à desmobilização técnica e operacional dos serviços contratados, bem como por todas as obrigações legais, fiscais, previdenciárias e trabalhistas quando do término da vigência contratual, seja por motivo de fim do prazo acordado, em que não ocorrerá prorrogação do prazo do contrato, ou por rescisão unilateral (nos termos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993) ou amigável (nos termos do artigo 79, II da Lei nº 8.666/1993) por parte da Administração, em até 30 (trinta) dias que antecedem a data final acordada. No caso de rescisão unilateral ou amigável, a CONTRATADA será notificada sobre a data final do contrato.

2. Quanto aos materiais e equipamentos

2.1. Fornecer todos os materiais e equipamentos conforme discriminados neste Contrato, observando-se a qualidade e quantidades previstas, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos mesmos, bem como pela manutenção.

2.2. Disponibilizar armários, prateleiras, estrados, tapume etc, para guarda e conservação dos materiais, máquinas e equipamentos;

2.3. Disponibilizar aos empregados armários individuais para guarda de seus pertences:

a) armários de aço, individuais, com tranca de segredo individual, suficientes para guarda diária dos pertences dos profissionais;

b) os armários deverão ser novos ou em perfeitas condições de uso e ficarão em local a ser indicado pelo Gestor do Contrato;

c) a manutenção destes ficará sob a responsabilidade da CONTRATADA devendo, ainda, respeitar a padronização de mobiliário do CONTRATANTE;

d) Não serão aceitos armários amassados, que contenham arranhões, pontos de ferrugem, fechaduras com defeitos ou sem as chaves, dobradiças com defeito ou portas emperradas;

2.4. Não retirar das dependências do CONTRATANTE qualquer equipamento, salvo por motivo de manutenção ou de substituição por similar ou de melhor tecnologia, mediante prévia autorização do CONTRATANTE;

2.5. Manter o estoque mínimo mensal de materiais e equipamentos, sujeito à fiscalização do CONTRATANTE, ficando facultado ao CONTRATANTE efetuar glosa, correspondente ao valor dos materiais faltantes, na fatura do mês em que o fato ocorrer;

2.6. Dotar os equipamentos elétricos de sistema de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica, sob pena de responsabilidade;

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SG

2.7. Fornecer outros materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços.

3. Quanto aos empregados:

3.1. Recrutar, selecionar e encaminhar ao CONTRATANTE os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida, os quais deverão portar atestados de boa conduta e referências, bem como funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

3.2. Indicar formalmente seu preposto ao CONTRATANTE, o qual deverá manter contato constante com o Gestor do Contrato;

3.3. Fornecer ao CONTRATANTE relação nominal dos empregados selecionados, a qual deverá indicar a função, endereço residencial, horário de trabalho e alocação nas dependências do CONTRATANTE;

3.4. Encaminhar ao CONTRATANTE, com antecedência de 30 (trinta) dias, relação de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como, daqueles que irão substituí-los;

3.5. Manter no local da prestação dos serviços cópias dos registros de trabalho dos empregados lotados nas dependências do CONTRATANTE;

3.6. Manter, nos dias de expediente do CONTRATANTE, a totalidade do efetivo de pessoal para execução dos serviços, conforme previsto no Contrato, sem interrupção e independente de qualquer motivo, como férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão;

3.7. Zelar para que seus empregados mantenham-se devidamente identificados por meio de crachás e uniformizados de forma condizente e dentro dos padrões de higiene pessoal, sempre que estiverem circulando nas dependências do CONTRATANTE;

3.8. Devolver os crachás de identificação ao CONTRATANTE quando houver desligamento de empregado de seu quadro de pessoal;

3.9. Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados, inclusive em casos de emergência;

3.10. Substituir qualquer empregado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas), cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes e/ou insatisfatórios pelo preposto ou encarregados da CONTRATADA, ou pelo Gestor do Contrato;

3.11. Quanto às ações afirmativas, cumprir as cotas raciais, durante toda a execução do contrato, da seguinte forma:

a) Raça: manter o percentual mínimo de 20% de negros;

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SC

Ba.

b) Para o cumprimento do disposto neste item, será facultado à CONTRATADA o remanejamento de funcionários ou a substituição desses em decorrência de dispensa voluntária ou demissão por justa causa.

3.12. Destinar vagas a serem preenchidas por beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de necessidades especiais habilitadas, no percentual preestabelecido, obedecendo aos dispositivos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e do Decreto nº 3.298/1999.

3.13. Não lançar mão, em hipótese alguma e sob quaisquer de suas formas, de critérios preconceituosos ou discriminatórios, por ocasião da admissão ou do desligamento dos seus empregados, observando, em todos os casos, os preceitos de responsabilidade social.

3.14. Não explorar trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, o Capítulo IV, Título III, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto nº 5.452/1943, de 1º de maio de 1943, os arts. 60 a 69 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, de 19 de julho de 1990, e o Decreto nº 6.841/2008, de 12 de junho de 2008, que regulamenta os artigos 3º, alínea "d", e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

3.15. Não praticar, de qualquer forma, ações relacionadas com o trabalho análogo ao de escravo ou ao tráfico de pessoas para esse fim, conforme arts. 149, 203 e 207 do Código Penal.

3.16. Observar, no que couber, as disposições da Portaria nº 3.214/78, que aprova as Normas Regulamentadoras do MTE (NR's 1 a 35).

4. Quanto à capacitação dos empregados:

4.1. Emitir declaração que manterá, durante a vigência do contrato, a capacitação de seus funcionários abrangendo no mínimo os seguintes temas:

- a) Comportamental, contemplando:
 - Comunicação Verbal;
 - Linguagem corporal;
 - Percepção;
 - Postura x Imagem (como sou visto);
 - Trabalho em Equipe.
- b) Higiene Pessoal, contemplando:
 - O que é Higiene;
 - Objetivos da boa higiene;
 - Os Riscos da falta de Higiene;
 - Asseio e Conservação do Ser;
 - Profissão x Higiene (destacando os benefícios pessoais da boa apresentação pessoal);
 - Higiene – Vantagens para todos;
 - O uso do uniforme.
- c) Segurança no Trabalho (com ênfase na prevenção de acidentes, nos termos da legislação vigente).
- d) O uso dos Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo, quando se aplicar.

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SG

Y

- e) Educação e responsabilidade socioambiental (meio ambiente físico, biótico e social: solo, água, ar, energia, o papel individual e coletivo no uso e consumo adequado de bens e serviços ambientais e suas consequências; resíduos; saneamento ambiental; coleta seletiva; benefícios da boa conduta nas questões ambientais para cada pessoa, para a sociedade, para o planeta no agora e para as futuras gerações).
- f) Direitos trabalhistas em geral, inclusive noções sobre a atuação do sindicato, acesso a informações sobre FGTS e Previdência, prazos legais para pagamento de obrigações trabalhistas, etc.
- g) Atualização de conhecimentos para o cargo de almoxarife nas áreas de microinformática e estocagem de materiais.

5. Quanto às obrigações trabalhistas:

5.1. Efetuar os pagamentos dos salários dos empregados mediante depósito bancário, incondicionalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido ou no prazo previsto em convenção coletiva de trabalho;

5.2. Os pagamentos dos salários e dos benefícios previstos em lei aos empregados não poderão estar vinculados ao recebimento do pagamento dos serviços prestados;

5.3. Recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação de seus empregados;

5.4. Fornecer a cada empregado, até o último dia útil do mês que antecede a utilização, e em única entrega, auxílio alimentação/refeição, em quantidade e valores suficientes para uso de cada empregado, durante todo o mês;

5.5. Fornecer a cada empregado, até o último dia útil do mês que antecede a utilização, e em única entrega, auxílio transporte em quantidade e valores suficientes para o trajeto residência/trabalho e trabalho/residência, durante todo o mês, e/ou disponibilizar transporte próprio, obedecendo-se aos horários de prestação de serviço de cada profissional, inclusive nos casos de serviços extraordinários;

5.6. Responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados até as dependências do CONTRATANTE, por meios próprios, em casos de paralisação total ou parcial dos transportes coletivos que prejudique seu deslocamento;

5.7. Efetuar o pagamento de adicional de insalubridade e/ou periculosidade e demais verbas legais ou convencionais, quando legalmente devido;

5.8. Fornecer auxílios alimentação e transporte aos empregados escalados para serviços extraordinários nos sábados, domingos ou feriados;

5.9. Nos feriados forenses, devidamente indicados pela CONTRATANTE, não haverá funcionamento dos postos de trabalhos;

5.10. No período de recesso disciplinado pela Portaria PGR/MPU nº 755/2013 e nos dias em que houver redução do volume dos serviços prestados, poderá haver a redução do horário de funcionamento dos postos de trabalhos, dentro de percentuais ou quantitativos determinados pela CONTRATANTE, possibilitando a utilização de regime de escalas ou a

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SG

r

Bl.

dispensa de comparecimento de excedentes, sem prejuízo da remuneração e observada a carga horária semanal contratada;

5.11. Caso haja funcionamento dos posto de trabalhos nos dias considerados recessos e feridos forenses, o CONTRATANTE não pagará, como horas extras, pelas horas de serviços realizados, uma vez que as horas desses dias foram consideradas no cálculo do valor final;

5.12. Responsabilizar-se por todas as despesas com encargos e obrigações sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, sendo que os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;

5.13. Cumprir as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, em especial as normas regulamentadoras atualizadas do Ministério do Trabalho, com apresentação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional específicos para o meio ambiente do trabalho nas dependências do CONTRATANTE;

5.14. Cumprir a legislação e as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, conforme previsto na PORTARIA MTB Nº 3.214, DE 08 DE JUNHO DE 1978, diligenciando, em especial, para que seus empregados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual (EPI) e Equipamento de Proteção Coletivo (EPC), na forma regulada pela NR-06, do Ministério do Trabalho, caso necessário, ficando a cargo da CONTRATADA e às suas expensas o fornecimento desses equipamentos. A fiscalização do CONTRATANTE, por intermédio do Fiscal Técnico do Contrato, poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos, ficando o ônus da paralisação por conta da CONTRATADA;

5.15. Os vales-refeição serão ajustados, anualmente, na mesma proporção do montante, conforme o valor estabelecido para cada categoria;

5.16. Os vales-transportes deverão ser reajustados conforme aumento no valor da passagem do transporte coletivo;

5.17. Efetuar o pagamento do 13º salário (gratificação natalina), na forma da Legislação Vigente, até o 18º (décimo oitavo) dia do mês de dezembro de cada ano, na proporção a que fizer jus o empregado;

5.18. Cumprir integralmente o disposto na Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e suas atualizações, a qual dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

6. Quanto à documentação comprobatória:

6.1. A CONTRATADA deverá entregar ao CONTRATANTE, quando solicitado, comprovantes do cumprimento das obrigações trabalhistas, fundo de garantia e previdenciárias, em especial os documentos solicitados na Cláusula do Faturamento, bem como os abaixo relacionados:

6.2. Demonstrativos de concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da lei, no prazo de 30 dias após a ocorrência;

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SG

J

Bl.

6.3. Cópia dos documentos que embasam o PPRA e o PCMSO, previstos nas Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho e Emprego, específicos para os riscos ambientais do trabalho do CONTRATANTE, no prazo de 60 dias após a assinatura do Contrato;

6.4. Comprovantes de realização de exames admissionais, demissionais e periódicos, quando for o caso, no prazo de 30 dias após a ocorrência;

6.5. Comprovantes do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED, no prazo de 30 dias após a ocorrência;

6.6. Cópia do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, devidamente homologado, quando houver demissão de empregado alocado nas dependências do CONTRATANTE, no prazo de 30 dias após a ocorrência;

6.7. Demonstrativos de cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho e, ainda, das demais obrigações dispostas na CLT, quando solicitado;

6.8. Relatório dos empregados contendo cargo e posto, horário de trabalho, avaliação individual, registro de licenças, faltas, respectivas coberturas, se houver, bem como escala nominal de férias dos empregados e seus respectivos substitutos, e, ainda, relatório técnico mensal das atividades realizadas, até o segundo dia útil de cada mês, ao CONTRATANTE;

6.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011; Certidão do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça; Consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria-Geral da União; Consulta na Relação de Inidôneos do Tribunal de Contas da União.

6.10. Apresentar, no ato de assinatura do Contrato, o original e entregar cópia da apólice de seguro contra acidentes em favor dos seus empregados, mantendo-a em vigor durante o período de vigência deste.

7. Quanto às vedações:

7.1. Não ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público da União e dos Estados, sob pena de rescisão contratual;

7.2. Não lotar no ambiente do CONTRATANTE empregado que seja parente até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores da Procuradoria Geral da República, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal;

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SG

Bd.

J

7.3. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

7.4. Não permitir que seus empregados pratiquem a venda de quaisquer mercadorias e produtos nas dependências do CONTRATANTE, bem como que executem atividades incompatíveis com as previstas neste Contrato;

7.5. Proibir o uso de qualquer dependência do CONTRATANTE, como alojamento ou moradia de pessoal ou fim diverso do permitido, mesmo que transitório;

7.6. Não utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

7.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

7.8. Não caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

8. Quanto ao registro de presença e frequência

8.1. Manter controle de ponto biométrico nas dependências do CONTRATANTE, compatível com a Portaria MTE nº 1510/2009, para registro de ponto eletrônico de seus empregados;

8.2. Orientar seus empregados a registrarem a frequência diariamente, na entrada, nos horários para alimentação e na saída;

8.3. Entregar ao Gestor, mensalmente e sempre que solicitado, o "Relatório Espelho de Ponto Eletrônico", de cada empregado;

8.4. Manter rigoroso controle de frequência de seus empregados;

8.5. Suprir toda e qualquer falta, no prazo máximo de 2 (duas) horas, por outro profissional que atenda aos requisitos exigidos, desde que solicitado pelo CONTRATANTE;

8.6. Efetuar a entrega de aviso de férias, contracheques e uniformes nas dependências do CONTRATANTE, por intermédio do Preposto, que comunicará ao Gestor do Contrato a data da entrega;

8.7. Alterar o horário dos Postos de Trabalho, conforme as necessidades de serviço do CONTRATANTE, desde que não seja ultrapassada a jornada semanal ou mensal do serviço;

8.8 A cobertura da carga horária do profissional será computada a partir da sua chegada às dependências do CONTRATANTE, sendo que a CONTRATADA se obriga a:

a) manter nas dependências do CONTRATANTE cadastro atualizado dos profissionais, de forma que o CONTRATANTE possa verificar, a qualquer tempo, a conformidade dos requisitos exigidos para o preenchimento do cargo a ser coberto;

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SG

x

Br.

8.9. Remunerar o profissional substituto com o salário do profissional substituído, recolhendo-se os encargos correspondentes e previstos contratualmente, conforme previsão legal;

8.10. Comprovar a cobertura de faltas e férias mediante formulário próprio emitido pela CONTRATADA, devendo constar: o nome do empregado faltoso, o nome do empregado substituto e, ainda, o horário de início e término da cobertura, para a verificação do cumprimento da jornada de trabalho, com vistas a glosa de valores, se for o caso;

8.11. Não poderão ser faturados os dias em que houver falta em qualquer Posto de Trabalho, sem que tenha havido a devida cobertura, comprovada nos termos do item anterior;

8.12. Descontar do faturamento mensal os valores correspondentes aos dias de serviço, às horas e/ou minutos não trabalhados, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais;

8.13. Avisar aos seus empregados, no prazo estipulado por lei, sobre o período de férias, devendo o pagamento dos salários referentes a este período ser creditado na conta corrente do empregado, em até 48 horas antes da data de início das férias, em horário bancário e conforme Legislação Vigente;

8.14. A cobertura dos Postos de Trabalho em gozo de férias será definida pelo Gestor do Contrato, devendo ocorrer glosa da fatura quando não houver a referida cobertura;

8.15. Apresentar o plano de férias dos seus empregados ao CONTRATANTE para fins de aprovação.

9. Quanto às obrigações gerais:

9.1. Manter, durante todo o período de vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação;

9.2. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados;

9.3. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas internas da Procuradoria Geral da República relativa à segurança e proteção ambiental.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo o contrato ser prorrogado por períodos sucessivos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução desta contratação correrão, no presente exercício, à conta da Natureza da Despesa 3.3.9.0.37 – Locação de mão de obra, do Programa de Trabalho 03062058142640001, constante do Orçamento Geral da União, Lei TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SC

82.

nº 13.115, de 20/04/2015, para este fim, e, no próximo exercício, à conta da dotação orçamentária prevista para atender despesas da mesma natureza.

Parágrafo Único – Para cobertura da despesa foi emitida a Nota de Empenho n.º 2015NE002339, em 28/10/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PREÇO

O valor mensal deste Contrato é de R\$ **26.212,49** (vinte e seis mil, duzentos e doze reais e quarenta e nove centavos), perfazendo o valor total do Contrato em R\$ **314.549,88** (trezentos e quatorze mil, quinhentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

Parágrafo Primeiro - Os valores unitários de cada categoria são os seguintes:

PROFISSIONAIS	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Marceneiro	1	4.037,84	4.037,84
Ajudante de marceneiro	1	3.200,40	3.200,40
Almoxarife	5	3.794,85	18.974,25
TOTAL MENSAL	7	-	26.212,49

Parágrafo Segundo - O valor total compreende todas as despesas diretas e indiretas com materiais, mão de obra, cumprimento das leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhista, transporte, taxas, seguros e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FATURAMENTO

A CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Secretaria de Administração do MPF, CNPJ nº 26.989.715/0050-90, emitida a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, acompanhada de cópias autenticadas ou cópias e originais para conferência, dos seguintes documentos:

1. Folha de Pagamento e respectivos comprovantes de pagamentos individualizados aos empregados, referentes ao mês da prestação dos serviços;
2. Guias de Recolhimento do FGTS (GRF), referente ao mês da prestação dos serviços;
3. Guia do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP com todos os relatórios do Sistema SEFIP, referente ao mês da prestação dos serviços:

- a) protocolo de Envio de Arquivos, emitido pelo Conectividade Social;
- b) relação dos Trabalhadores constantes no arquivo SEFIP, por Modalidade – Tomador/Obra;
- c) relação dos Trabalhadores constantes no arquivo SEFIP – Resumo do Fechamento Empresa – FGTS;
- d) relação de Tomador/Obra – RET (do Tomador/Obra e Resumo Empresa);
- e) resumo das Informações à Previdência Social constantes no arquivo SEFIP – Tomador de Serviços/Obra;
- f) comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social constantes no arquivo SEFIP – Tomador de Serviços/Obra;

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SG

Be.

4. Guia de Recolhimento da Previdência Social (GPS), referente ao mês anterior ao da prestação dos serviços; observada a obrigatoriedade de fornecer a relação nominal dos empregados a que se referem os recolhimentos;
5. Demonstrativo de enquadramento de CNAE Preponderante, RAT – Riscos Ambientais de Trabalho e FAP – Fator Acidentário de Prevenção, referente ao mês da prestação dos serviços;
6. Relatórios que comprovem a concessão dos direitos de alimentação, transporte e outros benefícios estipulados na convenção coletiva de trabalho, referente ao mês subsequente ao da prestação dos serviços;
7. Registros de pontos dos empregados, referente ao mês da prestação dos serviços;
8. Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão específica quanto a inexistência de débito de contribuições junto ao INSS, Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme Decreto nº 6.106/2007, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011;
9. Comprovantes dos pagamentos das férias, 13º salários e das verbas rescisórias, quando ocorrerem.

Parágrafo Primeiro – Quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção da Contribuição Social, a título de “*Retenção para a Seguridade Social*”, bem como a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de “*ISS a ser recolhido por substituição tributária*”, conforme legislação vigente.

- a) A inexistência do destaque de que trata o *caput* deste parágrafo não impede a retenção por parte do CONTRATANTE;
- b) Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

Parágrafo Segundo – Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá faturar em separado os serviços extraordinários efetivamente prestados, cujos valores deverão corresponder ao resultado do valor do salário da categoria dividido pela quantidade de horas da jornada mensal de trabalho, com os acréscimos previstos em convenção coletiva de trabalho. A esse resultado serão acrescidos encargos sociais, taxa de administração e de lucro, bem como os tributos incidentes previstos na planilha de custos e formação de preços.

- a) A fatura ou nota fiscal deverá ser acompanhada da folha de pagamento e dos comprovantes de recolhimento do INSS e FGTS.
- b) Caso os serviços extraordinários sejam realizados aos sábados, domingos e feriados, os auxílios alimentação e transporte ficarão sob o encargo da CONTRATADA, que deverá apresentar comprovantes de entrega ao CONTRATANTE, junto com a fatura ou nota fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

O CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados em até 5 (cinco) dias úteis contados do atesto da fatura ou nota

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SG

Bx.

fiscal do mês de referência, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária.

Parágrafo Primeiro – A liberação para pagamento da fatura ou nota fiscal ficará condicionada ao atesto do Gestor do Contrato, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Segundo – O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo Terceiro – Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

Parágrafo Quarto – Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

Parágrafo Quinto – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo}$$
$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Parágrafo Sexto – Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

Parágrafo Sétimo – O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS poderá ensejar o depósito em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos empregados alocados nas dependências do CONTRATANTE, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Parágrafo Nono – O pagamento da última fatura do contrato somente ocorrerá após a entrega das rescisões do contrato de trabalho devidamente homologadas pelo Sindicato da Categoria ou a comprovação de remanejamento dos empregados para outro tomador de serviços.

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SG

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REPACTUAÇÃO

O presente Contrato poderá ser repactuado visando sua adequação aos novos preços de mercado, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data-base do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do Contrato, devidamente justificada, de conformidade com o Decreto nº 2.271, de 07/07/1997, ou outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público, em complementação e/ou substituição à mencionada norma.

Parágrafo Primeiro – Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

Parágrafo Segundo – Para a repactuação acima mencionada, a CONTRATADA deverá apresentar planilhas que evidenciem analiticamente a variação dos custos, devidamente comprovada e justificada. A comprovação poderá ser feita por meio de documentos contemporâneos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de repactuação.

Parágrafo Terceiro – O CONTRATANTE poderá realizar diligências para comprovar a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

Parágrafo Quarto – É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos na proposta inicial, bem como a majoração de quaisquer percentuais aplicados na planilha de custos e formação de preços, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção ou dissídio coletivo.

Parágrafo Quinto – As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do Contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato (Acórdão nº 1.828/2008 – TCU/Plenário).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 15.727,49 (quinze mil, setecentos e vinte e sete reais e quarenta e nove centavos), no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura deste Instrumento, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total contratado, cabendo-lhe optar por uma das modalidades previstas no artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Primeiro – O descumprimento do prazo implicará na retenção automática do valor equivalente dos créditos que a CONTRATADA vier a fazer jus perante o CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

Parágrafo Segundo – O CONTRATANTE fica autorizado a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste Contrato, ou para reparar danos decorrentes das ações ou omissões da CONTRATADA ou, ainda, para satisfazer quaisquer obrigações, judiciais ou extrajudiciais, resultantes ou decorrentes de suas ações ou omissões.

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SC

Y

Bl.

Parágrafo Terceiro – A autorização contida no parágrafo anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas nos termos deste Contrato, garantidos a ampla defesa e o contraditório e, ainda, às obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias inadimplidas.

Parágrafo Quarto – O prazo para que o CONTRATANTE ciente a instituição garantidora do fato justificador da execução da garantia deverá ser igual ou superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da consumação do fato.

Parágrafo Quinto – A garantia prestada deverá vigorar por mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

Parágrafo Sexto – A garantia deverá ser integralizada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento de notificação, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver redimensionamento no valor contratual.

Parágrafo Sétimo – A garantia oferecida na modalidade fiança-bancária, deverá:

1. Ser concedida nos termos e condições autorizadas pelo Banco Central do Brasil;
2. Ser concedida pelo valor integral exigido para a fiança;
3. Conter renúncia expressa ao benefício de ordem;
4. Estabelecer prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para cumprimento;
5. Ser irrevogável, salvo no caso de substituição por outra modalidade de fiança, nos termos do art. 56 da Lei 8.666/1993, previamente aprovado pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Oitavo – A garantia oferecida na modalidade títulos da dívida pública, estes deverão ter valor de mercado compatível com o valor a ser garantido, preferencialmente em consonância com as espécies recomendadas pelo Governo Federal, como aquelas previstas no art. 2º, da Lei 10179/2001.

Parágrafo Nono – A garantia oferecida na modalidade caução em dinheiro, deverá ser depositada junto à Caixa Econômica Federal, nominal ao Ministério Público Federal, para os fins específicos a que se destina, sendo o recibo de depósito o único meio hábil de comprovação desta exigência.

Parágrafo Décimo – A garantia oferecida na modalidade de seguro-garantia, deve mencionar na apólice, expressamente, a cobertura de eventuais demandas trabalhistas e previdenciárias nas quais o CONTRATANTE responda solidariamente ou subsidiariamente com a CONTRATADA.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia prestada pela CONTRATADA será restituída automaticamente ou por solicitação, somente quando:

- a) da comprovação do integral cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- b) do recolhimento de multas punitivas;
- c) do pagamento das obrigações trabalhistas, inclusive verbas rescisórias, bem como dos encargos previdenciários e do FGTS, decorrentes da contratação;
- d) da satisfação de prejuízos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, em virtude da execução do objeto deste Contrato;
- e) da comprovação da inexistência de reclamações trabalhistas dos empregados lotados nas dependências do **CONTRATANTE**, nas quais este responda solidária ou subsidiariamente com a **CONTRATADA**, sendo deduzidos todos os valores questionados na justiça trabalhista.

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SG

Be.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES E RECURSOS

Com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, o CONTRATANTE poderá, garantida a defesa prévia e o contraditório, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

1. Advertência;
2. Multa, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
 - a) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado das obrigações estabelecidas neste Contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;
 - b) 5% (cinco por cento) no caso de inexecução parcial e 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do objeto contratado, ambos sobre o valor total do Contrato.
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
5. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, da CONTRATADA que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, conforme artigo 7º, da Lei nº 10.520/2002.

Parágrafo Primeiro – As sanções previstas nos itens 1, 3, 4 e 5 do *caput* poderão ser aplicadas cumulativamente ou não à penalidade do item 2.

Parágrafo Segundo – Outras Sanções – De acordo com o artigo 88 da Lei nº 8.666/1993, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da mesma norma, às CONTRATADAS ou aos profissionais que, em razão dos Contratos regidos por esta Lei:

1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
2. Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo Terceiro – Desconto Do Valor Da Multa – Se o valor da multa não for pago por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, será automaticamente descontado dos créditos que a CONTRATADA vier a fazer jus perante o CONTRATANTE, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, e se for superior a estes, será abatido do valor da garantia de execução do Contrato, se houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

Parágrafo Quarto – Recursos – Da aplicação das penalidades previstas nos itens 1, 2 e 3 do *caput*, poderão ser interpostos recursos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, conforme a alínea f do inciso I do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993.

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SC

80.

Parágrafo Quinto – Pedido de Reconsideração – No caso da penalidade prevista nos itens 4 e 5 do caput, caberá pedido de reconsideração ao Exmo. Sr. Procurador Geral da República, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato, conforme o inciso III do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993 e o inciso XXXIII do art. 6º do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por meio de ofício, entregue diretamente ou por via postal com prova de recebimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula das Penalidades, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – A rescisão deste Contrato poderá ser:

1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993;
2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE, nos termos do artigo 79, II da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Segundo – A rescisão unilateral ou bilateral deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo Terceiro – De conformidade com o § 2º do artigo 79 da Lei nº 8.666/1993, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da mesma lei, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

1. Devolução de garantia;
2. Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
3. Pagamento do custo de desmobilização.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A prestação dos serviços ora contratados obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como as obrigações assumidas nos documentos adiante enumerados constantes do processo MPF/nº 1.00.000.000277/2015-71, e que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem:

1. Edital de Pregão nº 66/2015;
2. Ata da Sessão do Pregão, de 24/09/2015;
3. Proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VALIDADE

Este Contrato somente terá validade depois de aprovado pelo Secretário-Geral do Ministério Público Federal, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso XXV, do artigo 6º, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria nº 382 de 05 de maio de 2015, do Sr. Secretário-Geral, e publicado seu extrato no Diário Oficial da União, conforme dispõe o artigo 20 do Decreto nº 3.555/2000.

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SG

Bl.

Parágrafo Único – Incumbirá ao CONTRATANTE a sua conta e no prazo estipulado no artigo 20 do Decreto nº 3.555/2000, a publicação do extrato deste Contrato e dos Termos Aditivos no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá, nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover as supressões ou os acréscimos que se fizerem necessários.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

O Foro da Cidade de Brasília - DF é o competente para dirimir quaisquer dúvidas que vierem a surgir no cumprimento das obrigações aqui estabelecidas, que não possam ser dirimidas administrativamente.

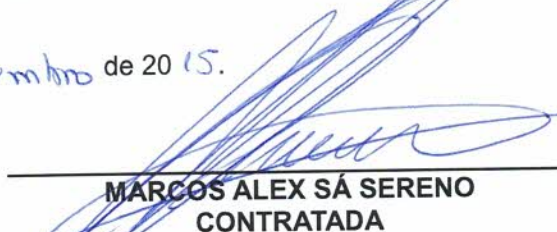
E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Brasília, 4 de novembro de 2015.



CONTRATANTE

Lúcio Mário Mendonça de Góis
Secretário de Administração
Ordenador de Despesas



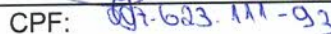
MARCOS ALEX SÁ SERENO
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

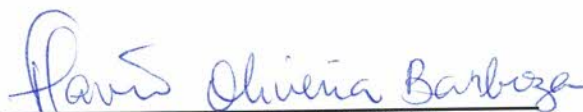


CPF: 011.288.451-21

Daiane Gomes
Técnico Administrativo
Matrícula 25396


CPF: 011.623.111-93

Aprovo.



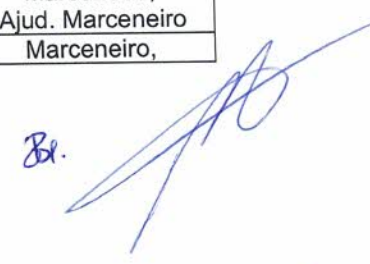
Secretário-Geral do MPF
ADJUNTO

ANEXO I

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	U.M	QTD	DURABILIDADE (MESES)	VALOR RESIDUAL (%)	PROFISSIONAL (AIS) QUE UTILIZA(M)
1	Alicate de bico	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
2	Alicate de corte	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
3	Alicate pop (rebitadeira manual)	un	01	36	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
4	Alicate universal	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
5	Arco de serra	un	01	24	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
6	Rebite pop 1/4", material alumínio, tipo comum, diâmetro corpo 1/8 pol, comprimento 1/2 pol, tipo cabeça abaulada (cx. com 1.000un)	cx.	01	1	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
7	Broca c/ ponta de vídea Ø 8mm	un	01	1	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
8	Broca chata de madeira Ø 1" ou 32mm	un	01	1	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
9	Broca chata de madeira Ø 3/8" ou 10mm	un	01	1	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
10	Broca chata de madeira Ø 5/8" ou 16mm	un	01	1	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
11	Broca de aço rápido Ø 1/4"	un	01	1	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
12	Broca de aço rápido Ø 3/8"	un	01	1	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
13	Broca de aço rápido Ø 9/64"	un	01	1	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
14	Caixa de ferramentas	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
15	Chave "L" nº 8	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
16	Chave "L" nº 9	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
17	Chave "L" nº 10	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
18	Chave "L" nº 11	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
19	Chave "L" nº 12	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
20	Chave "L" nº 13	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
21	Chave "L" nº 14	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
22	Chave de boca	un	01	60	20	Marceneiro,

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SC



	estriada nº 8					Ajud. Marceneiro
23	Chave de boca estriada nº 10	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
24	Chave de boca estriada nº 11	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
25	Chave de boca estriada nº 13	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
26	Chave de boca estriada nº 14	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
27	Chave de fenda, de 3"	un	01	12	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
28	Chave de fenda, de 4"	un	01	12	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
29	Chave de fenda, de 6"	un	01	12	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
30	Chave de fenda, de 8"	un	01	12	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
31	Chave Philips, de 3"	un	01	12	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
32	Cortador de vidro	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
33	Desengripante	un	01	3	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
34	Disco de vídea para serra circular, 108x20mm, com 40 dentes, tipo pir	un	01	1	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
35	Formão ½"	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
36	Formão ¾"	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
37	Formão 3/8"	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
38	Furadeira manual com mandril 3/8"	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
39	Furadeira profissional manual com mandril ½"	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
40	Lâmina de serra 12"	un	01	1	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
41	Lâmina de plaina elétrica	jg	01	1	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
42	Lâmina de serra tico-tico	jg	01	1	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
43	Lixas com granulometria 15s diferentes (para madeira)	un	100	1	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
44	Lona plástica no rolo com 3 metros de largura	m²	15	1	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro, Almoxarife
45	Martelo de borracha de 900g	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
46	Martelo unha 25	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
47	Motor esmeril ½ cv	un	01	60	20	Marceneiro,

TC nº 56/2015

VISTO
CONCUR/SG

Y

Be.

						Ajud. Marceneiro
48	Nível de mão de madeira	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
49	Óleo lubrificante spray do tipo WD40	un	01	1	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
50	Parafuseira elétrica	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
51	Parafuso 3,9x13mm, rosca soberba cabeça panela Philips,	Cx c/10 0	01	1	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
52	Parafuso GN 3,5x25mm, auto brocante(cabeça Philips)	Cx c/10 0	01	1	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
53	Parafuso GN 3,5x35mm, auto brocante (cabeça Philips)	Cx c/10 0	01	1	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
54	Parafuso para madeira 4,2x55mm, cabeça cônica Philips, zincado	Cx c/10 0	01	1	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
55	Plaina elétrica	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
56	Plaina manual nº 5	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
57	Pregos com cabeça, galvanizados, do tamanho 12/12. Saquinho com 1 kg.	Sc	01	2	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
58	Pregos com cabeça, galvanizados, do tamanho 15/15. saquinho com 1kg.	Sc	01	2	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
59	Pregos com cabeça, galvanizados, do tamanho 10/10. Saquinho com 1kg.	Sc	01	2	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
60	Pregos com cabeça, galvanizados, do tamanho 17/21. saquinho com 1 kg.	Sc	01	2	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
61	Pregos sem cabeça, galvanizados, do tamanho 12/12. Saquinho com 1 kg.	Sc	01	2	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
62	Pregos sem cabeça,	Sc	01	2	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SG

Be.

	galvanizados, do tamanho 15/15. saquinho com 1kg.					
63	Pregos sem cabeça, galvanizados, do tamanho 10/10. Saquinho com 1kg.	Sc	01	2	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
64	Pregos sem cabeça, galvanizados, do tamanho 17/21. saquinho com 1 kg.	Sc	01	2	0	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
65	Serra circular manual	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
66	Serra copo Ø 1" ou 32mm, para ferro	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
67	Serra copo Ø 2 ¼" ou 60mm, para madeira	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
68	Serra copo Ø 2 3/8, para madeira	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
69	Serra elétrica de bancada 1,5 cv e bancada	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
70	Serra tico-tico	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
71	Serrote 22"	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
72	Serrote de costa de 10"	un	01	60	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro
73	Trena de 5m	un	01	24	20	Marceneiro, Ajud. Marceneiro

TC nº 56/2015

VISTO
CONJUR/SG